

# *Cadernos Eletrónicos OPBPL*

---

**OPBPL e-Working Papers (ISSN 2182-8393)**

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

## **Objetivos**

Os Cadernos Eletrónicos do OPBPL visam tornar acessível e rapidamente legível informação essencial e boas práticas em matéria de organização do trabalho, negociação coletiva, gestão de recursos humanos, relações laborais, responsabilidade social empresarial, inclusão e sustentabilidade, e estatísticas sobre o mercado de trabalho.

## **Comissão Editorial**

Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida\*, OPBPL-CIES-ISCTE-IUL\* Coordenador

Professor Dr. Afonso Pires Diz, Conselho Coordenador USI

Professor Dr. Álvaro Carneiro, OPBPL-ISCTE-IUL

Professora Dra. Ana Rijo da Silva, RH Magazine

Professora Mestre Cláudia Torres, OPBPL-CIES-ISCTE-IUL

Professora Doutora Cristina Parente, Universidade do Porto

Professor Dr. Pedro Rebelo de Sousa, Instituto Português de Corporate Governance

Professora Doutora Sofia Santos, CSK-ISCTE-IUL

## Especificidades das Relações Laborais (IV): tipos de sindicalismo e estratégias

Autoria: Francisco José Parra Curinha

### Resumo

Pode definir-se o sindicalismo como um movimento social de associação de trabalhadores assalariados visando a proteção dos seus interesses, através de uma ação reivindicativa de luta por melhorias salariais e de condições de trabalho, que emerge das duras condições impostas pelo capitalismo durante a revolução industrial.

Na Europa, surgem avanços de movimentos operários associados à divulgação dos princípios do socialismo. O “Manifesto Comunista” de Marx e Engels (publicado em 1848) tinha por objeto consciencializar os trabalhadores para a luta que deveriam efetuar para combater o capitalismo “proletários de todos os países, uni-vos!”. A sua finalidade era ir para além de um conjunto de reivindicações laborais, pretendia introduzir um movimento social que levasse à conquista do poder pelos trabalhadores.

# 1 | O início do sindicalismo - Europa e EUA

O sindicalismo aparece no Século XVIII, durante a revolução industrial na Inglaterra e expande-se pela Europa durante o Século XIX.

A revolução industrial teve um papel crucial no advento do capitalismo, pois, devido à constante concorrência que os fabricantes faziam entre si, as máquinas foram ganhando cada vez mais lugar nas fábricas, tomando assim, o lugar de muitos operários, estes tornaram-se o que é chamado "excedente de mão-de-obra", logo o capitalista tornou-se dono da situação e tinha o poder de pagar o salário que quisesse ao operário. Os trabalhadores, começam a juntar-se em sociedades de socorro mútuos.

É neste momento que surgem duas novas classes sociais, o capitalista (proprietário dos meios de produção) e o proletário (proprietário apenas de sua força de trabalho) que passou a ser propriedade do capitalista, que pagava salários cada vez mais baixos para obter mais lucros, forçando o proletário a trabalhar em uma jornada de trabalho que chegava até 16 horas. É através desta situação que o proletariado percebe a necessidade de se associar e, juntos, tentarem negociar as suas condições de trabalho.

Surgem os sindicatos, como associações criadas pelos operários que procuram equiparar-se, de alguma maneira, aos capitalistas no momento de negociação de salários e condições de trabalho, e impedir que os operários sejam obrigados a aceitar a primeira proposta feita pelo empregador, ou seja, aquela em que ele é mais prejudicado.

Nos Estados Unidos, o sindicalismo nasce por volta de 1827 e, em 1886, é constituída a Federação Americana do Trabalho que defendia o sindicalismo independente de correntes doutrinárias e políticas. Esta associação empenhou-se em fazer aprovar no Congresso Americano a lei de regulamentação da jornada de oito horas de trabalho, o que aconteceu em 1889.

Esta luta deixou algumas vítimas entre os trabalhadores concretamente nos confrontos em Chicago e é em honra destes trabalhadores que o 1º de Maio foi proclamado o “Dia do Trabalhador”.

Das lutas diretas contra os empregadores para a influência da opinião pública foi um passo, e da influência da opinião pública para a influência do poder político foi o passo seguinte. Ou seja passou-se de negociações para atividades políticas na luta por melhores condições de trabalho que se vissem traduzidas em leis laborais.

A introdução na indústria dos princípios do “Taylorismo” dividindo em fases o processo de produção afastou o trabalho da sua capacidade técnica transformando-o num refém da linha de montagem onde a produtividade estava sujeita a cronometragem.

Os sindicatos cedo se aperceberam que a solidariedade e a luta por direitos coletivos estava colocada em causa por um modelo que introduzia a competição e que distribuía prémios aos que se distinguiam pela sua produtividade com a consequente destabilização, precariedade e existência de supranumerários.

## 2 | A organização sindical em Portugal

Em Portugal, o tipo de estrutura das associações sindicais assenta em Sindicatos, Federações, Uniões e Confederações. Segundo o Livro Verde para as Relações Laborais (Edição de 2006) havia em 2005 no Continente 420 associações sindicais repartidas em 347 Sindicatos, 27 Federações, 39 Uniões e 7 Confederações.

Das Confederações mais conhecidas ressalta a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) e a União Geral de Trabalhadores (UGT). A primeira com uma base de apoio no sector industrial e também na área da função pública com uma ligação política a forças de esquerda apresentando um discurso estruturado num forte apelo à luta dos trabalhadores pelos seus direitos face aos empregadores. A segunda com uma base de apoio no sector bancário, nos seguros nos funcionários públicos de categorias superiores com uma ligação política a forças de centro e direita e com uma vocação forte para o diálogo e negociação tripartida.

Menos conhecidas e apostando numa alternativa dita independente em relação às Confederações acima referidas são referenciadas as seguintes: Federação Nacional de Sindicatos de Quadros (FENSIQ), Convenção Sindical Independente (CSI), União de Sindicatos Independentes (USI), a Confederação Geral de Sindicatos Independentes (CGSI) e a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CPQ).

Conforme refere o Livro Verde “Das sete confederações, apenas três desenvolveram atividade com alguma relevância e destas, apenas duas – a CGTP-IN e a UGT - têm assento no Conselho Económico e Social (CES) e na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS)” ou seja, existem associações sindicais em excesso em Portugal ao ponto de serem referidos que existem “54 sindicatos e 3 federações sem atividade conhecida”.

Constata-se que entre 1980 e 2005 houve um acréscimo de mais 7,7 % de associações sindicais apesar de ter havido uma tendência para a redução de sindicalizados.

**Quadro 1:** Sindicatos registados em vários anos (Continente)

Tipo de Estrutura	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Sindicatos	328	312	321	348	325	347
Federações	22	26	26	29	25	27
Unões	38	40	41	43	39	39
Confederações	2	2	2	5	5	7
Total	390	380	390	425	394	420

**Fonte:** Livro Verde das Relações Laborais (2006).

Feita a identificação deste tipo de associações sindicais importa conhecer a vertente da sindicalização em Portugal. Ainda segundo o Livro Verde baseado em estatísticas do European Industrial Relations Observatory existirão “1 milhão e 165 mil sindicalizados, de acordo com a seguinte distribuição: 652.000 - CGTP-IN, 400.000 - UGT e 113.000 - outras organizações sindicais”.

Quando se pretende enveredar por uma análise e um discurso sindical que não seja de carácter estritamente nacional é colocado como referência o nível imediatamente superior que no caso de Portugal é a União Europeia.

Portugal tem duas forças sindicais preponderantes – a CGTP-IN e desde 1978 a UGT. Existem tipos e conceções de sindicalismo diferenciados em Portugal já que quer a UGT quer a CGTP-IN têm diferenças quanto aos projetos ideológicos e quanto à sua composição social. Pode portanto afirmar-se que há politização do sindicalismo com a conseqüente influência de fatores ideológicos no seio da estrutura sindical impedindo assim de se poder considerar o sindicalismo em Portugal como tendo um carácter autónomo.

A ideologia foi na verdade um dos fatores que condicionou durante décadas as filiações na CES. Só em 1995 a CGTP-IN se filiou na CES com uma lenta integração das organizações sectoriais da CGTP-IN nas Federações da CES.

Se este é o panorama nacional, ao nível da União Europeia o projeto de uma Europa Social parece destinado ao fracasso. Isto apesar de durante muitos anos o movimento sindical europeu ter reivindicado uma Europa Social aos governos europeus cuja componente política social-democrata ou socialista deveria facilitar. A receita para que a integração europeia fosse um êxito passava pelo acompanhamento de uma vigorosa componente social.

O que realmente acontece é que os sindicatos nacionais estão a perder poder devido à sua inserção no contexto europeu e principalmente devido à internacionalização da economia. As decisões que estão a ser tomadas pela União Europeia têm em conta que a força condutora do desenvolvimento passa pela luta do mercado de que são rivais por exemplo, os Estados Unidos da América, a China e o Japão. As multinacionais europeias desejam um maior reforço das forças do “capital” para assim terem mais capacidade de enfrentarem com êxito a globalização.

Compreende-se assim que a União Europeia deseje um mercado de trabalho mais adaptado e flexível às necessidades da economia e que por outro lado se insista na necessidade de mais cortes nas despesas públicas, ou seja menos Europa Social. Acresce a isto o facto de o Banco Central Europeu ser independente na redução ou

subida das taxas de juro e de a Comissão Europeia continuar a considerar como intocáveis os critérios orçamentais do Tratado de Maastricht e do Pacto Social.

Redução de impostos, mais benefícios fiscais e alteração da regulamentação das condições de trabalho a conceder aos trabalhadores é a receita que as multinacionais querem ver aplicada pelos governos da União Europeia, o que tem como corolário mais desempregados e mais pobres tudo isto acontecendo numa Europa que se pretendia social.

O processo de globalização (a livre circulação de capitais que entre outros aspetos têm efeitos especulativos e o peso crescente das multinacionais) acarreta consequências como a deslocalização, a perda de empregos, a desregulação social e a pressão para a diminuição de salários. Tentativas de por em causa o modelo social e o agravamento da exploração dos trabalhadores.

Se estão identificados os males e feito o diagnóstico importa ter em conta as receitas. A estratégia apontada no seminário "Os desafios do desenvolvimento, as dinâmicas sociais e o sindicalismo" foram: regular a globalização, impor às multinacionais o cumprimento de padrões éticos e sociais, controlar os movimentos de capitais, promover a cooperação para o desenvolvimento.

Enfim, constata-se que os sindicatos têm grandes dificuldades em enfrentar a globalização da economia e no que ela representa quanto à concentração de poder das multinacionais e ao movimento internacional de capitais. Também não é a Organização Internacional do Trabalho que, a nível mundial apresenta soluções, nomeadamente devido a dificuldades operacionais relacionadas com a sua rigidez estrutural.

Mais cedo ou mais tarde fortes movimentos sociais acabarão por emergir (veja-se a contestação às cimeiras da União Europeia e do G7) competindo aos sindicatos reconhecer estes sinais e ocuparem o lugar que no diálogo social merecem, já que as vitórias do movimento sindical tais como a liberdade de negociação dos trabalhadores a institucionalização dos conflitos de classe, a negociação tripartida, a manutenção do poder de compra e a contribuição para um Estado Social não devem nem podem ser esquecidos.

## 3 | Referências para aprofundamento

**SITES:** <http://opbpl.cies.iscte.pt>

<http://boasociedade.blogspot.com>

<http://cgtp.pt>

<http://www.apagina.pt>

<http://www.bocc.ubi.pt>

<http://www.ces.uc.pt>

<http://www.labourstart.org/>

<http://www.sbn.pt>

<http://www.scielo.oces.mctes.pt>

<http://www.snesup.pt>

<http://www.s-t-e.org>

<http://www.ugt.pt>

[www.usi.pt](http://www.usi.pt)

**LIVROS:**

Dornelas, António et all (2006), Livro Verde sobre as relações laborais. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Estanque, Elísio. Anuário de Relações Internacionais. Lisboa: UAL/ Jornal Público, Janeiro de 2008. Sindicalismo e movimentos sociais (I). Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (<http://boasociedade.blogspot.com>)

Neto, Júlio. Cidadania, política e sindicalismo no contexto histórico do nascimento das Relações Públicas (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinho-julio-cidadania-politica-sindicalismo-relacoes-publicas.pdf>)



carbon  
neutral

## *Política Ambiental*

Os Cadernos Eletrónicos publicados pelo Observatório Português de Boas Práticas Laborais (OPBPL) são livres de CO<sub>2</sub>; todas as práticas laborais do OPBPL respeitam o ambiente e orientam-se para a sustentabilidade



offsete • apague a sua marca

| [www.off7.pt](http://www.off7.pt)